



A Relevância das questões de direito como requisito de admissibilidade do Resp, na seara civil, de acordo com a emenda constitucional no 125/2022

Autor(res)

Renato Horta Rezende
Ian Fernando Ferreira De Freitas
Aressa Nathely Silva Godinho Ferreira
Leandro Belillo De Lima Cosso
Gabriela Campos Brandao

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O Recurso Especial, é o recurso utilizado para recorrer de decisões de segunda instância que de alguma forma viole leis federais cujo tribunal competente para julgar é o STJ.

Os requisitos de admissibilidade são requisitos que todo recurso deve possuir para que ele seja conhecido pelo tribunal e posteriormente possa ser julgado, entretanto, alguns requisitos de admissibilidade podem variar de acordo com o recurso, a depender do grau de complexidade e exigência que aquele recurso exige.

Para interpor o Recurso Especial, existem vários requisitos de admissibilidade, todavia, após a promulgação da Emenda Constitucional nº125/2022, um novo requisito de admissibilidade foi inserido.

Para que o Resp seja conhecido no STJ, agora é necessário que o recorrente demonstre a relevância das questões de direito.

Fato é que esse novo requisito é uma grande mudança no que se refere a interposição do Recurso Especial, iremos analisar as consequências dessa mudança.

Objetivo

Objetivo geral: Abordar quais são as possíveis consequências do novo requisito de admissibilidade e seu impacto para o mundo jurídico.

Objetivo específico: Verificar se possíveis grupos de indivíduos serão prejudicados devidos ao surgimento desse novo requisito.

Material e Métodos

O método de pesquisa utilizado foi o de pesquisa bibliográfica, que consiste no levantamento bibliográfico de obras



jurídicas e análise das opiniões de diversos autores que versam sobre o mesmo tema, comparando-as e identificando as variáveis de causa e consequências da mudança abordada.

A pesquisa teve como o impacto que a exigência da demonstração da relevância das questões de direito, terá no mundo jurídico.

O tema é recente, portanto, não há um material vasto na doutrina que verse sobre o tema, não sendo possível encontrarmos vários materiais que aprofundam sobre a temática, tendo em vista essa situação, as obras utilizadas para compararmos as opiniões dos autores foram:

Alteração do desenho institucional dos tribunais após relevância para REsp de José Miguel Garcia Medina;
Reflexões sobre a relevância das questões de direito federal em recurso especial de Leonardo Carneiro da Cunha.

Resultados e Discussão

O STF e o TST, possuem requisitos de admissibilidade parecidos com o novo requisito aprovado pela emenda 125/2022 para o STJ.

Agora, ao interpor o Resp para o STJ, é necessário demonstrar a relevância das questões de direito, porém tanto o advogado Leonardo Carneiro da Cunha quanto o advogado José Miguel Garcia Medina falam que é necessário que o tema seja regulamentado por lei para que possa ser aplicado nos processos, tendo em vista as lacunas existentes.

Existem várias possíveis consequências que essa mudança irá acarretar, entretanto é muito cedo para que existam certezas sobre as consequências.

José Miguel aborda sobre a possibilidade de os tribunais estaduais ficarem mais confortáveis em proferir decisões sobre determinados assuntos e se essas decisões não forem compatíveis com outros julgamentos sobre o mesmo assunto em tribunais de outros estados, causaria uma insegurança jurídica.

Conclusão

Conforme exposto anteriormente, a criação do novo requisito de admissibilidade é uma grande alteração no mundo jurídico, sem dúvida nenhuma os números de Resp irão diminuir, entretanto, fora isso, não é possível prever quais serão as possíveis consequências dessa alteração, sem haver regulamentação do novo requisito por lei.

Referências

<https://www.conjur.com.br/2022-set-14/processo-alteracao-desenho-institucional-tribunais-relevancia-resp> - Alteração do desenho institucional dos tribunais após relevância para REsp - Por José Miguel Garcia Medina- 14/09/2022

<https://www.conjur.com.br/2022-jul-23/carneiro-cunha-relevancia-questoes-direito-federal-resp> - Por Leonardo Carneiro da Cunha- 23/07/2022- Reflexões sobre a relevância das questões de direito federal em recurso especial